

S. Exa. para que prove sequer um ato meu menos honesto, uma atitude leviana, uma atitude menos elegante para com meus pares, durante todo o tempo em que exerceu o mandato nesta Casa, ou, ainda, quando no exercício do cargo de Prefeito de Ribeirão Preto, e, finalmente, em minha vida particular. Entendo que S. Exa. tem o direito, e mesmo o dever de sustentar suas opiniões nesta Assembleia, e fora dela, porém, que deve fazê-lo sem jamais procurar atingir a honrabilidade de quem quer que seja. S. Exa. entendo, está mesmo na obrigação moral de, não provando o alegado, renunciar a seu mandato, inclusive, por ser o único de nós que vendo perdida sua causa se lança contra seus pares, procurando atingi-los. Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente e Srs. deputadas.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior.

O SR. AVALONE JÚNIOR (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, durante todo o ano de 1961 debatemos o problema do trânsito em São Paulo, um autêntico caos, que infelizmente não foi atingido pelo Plano de Ação do Governador Carvalho Pinto. Hoje iniciamos nossa pregação nesta Casa, voltando a defender a remodelação da D.S.T. Pregamos, ao lado da Sociedade Amigos da Cidade, ao lado de outras entidades de grande expressão em São Paulo, a remodelação total da D.S.T. Vamos transformar a D.S.T. não num balcão de arrecadação, que deve recolher 2 bilhões de cruzeiros em 1962, mas numa autarquia à altura de São Paulo e do Governador Carvalho Pinto.

Pedimos a publicação de dois pronunciamentos, um do Sr. Silva Júnior, vice-presidente do Conselho Regional do Trânsito, que ratifica praticamente nossa luta nesta Casa, nossas expressões, nossa pregação, e outro que é uma reportagem da "Folha de São Paulo", edição de hoje, sobre a organização de empresas para exploração do serviço de táxi.

Uma indagação ao inatacável Secretário da Segurança: Por que o recuo do Governo quanto ao funcionamento dos táxis-mirins? Será que o Sindicato dos Motoristas de São Paulo, em cuja direção temos verdadeiras agitações, tem mais força do que a opinião pública? Por que o sindicato tem mais força e, em consequência, os táxis-mirins não têm sua liberação em São Paulo?

(N. da T. — Os documentos a que se refere o orador vão publicados no final da sessão.)

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado José Maria Leal Costa Neves. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Pinheiro Júnior.

O SR. PINHEIRO JÚNIOR (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, a Casa já é sabedora da mensagem através da qual o Sr. Governador propôs emenda aditiva ao Projeto de lei n.º 1123-61, que reajusta os vencimentos e salários dos servidores públicos do Estado, no sentido de conceder um abono da ordem de 10 por cento sobre os padrões de referências vigentes, limitando o "quantum" a 4 mil cruzeiros.

Todos os Srs. parlamentares sabem igualmente da minha posição em relação ao assunto. Venho balalhando incessantemente pela concessão de um aumento substancial, de acordo com o alto custo de vida, o qual, conforme a imprensa já publicou várias vezes, deveria ser da ordem de 60 por cento. O Sr. Governador, entretanto, alega que o Estado não tem capacidade financeira para tanto. Já discuti esse ponto do problema demonstrando a capacidade do Governo do Estado para conceder o aumento que tenho pleiteado. Todavia, cabendo a iniciativa da matéria ao Sr. Governador e tendo S. Exa. fixado a sua proposta em 40 por cento, com o abono de 10 por cento, queria deixar consignado o meu agradecimento pela boa-vontade demonstrada pelo Sr. Governador atendendo também ao pedido das entidades de classe para que elevasse o "quantum" do abono. Querida, Sra. Presidente, Srs. deputados, deixar aqui meu agradecimento pelo fato de ter o Sr. Governador atendido ao apelo das entidades de classe especialmente o da União dos Servidores Públicos. No entanto, no decorrer da discussão, tomarei posição com relação às emendas apresentadas.

Querida também deixar consignado meu agradecimento ao deputado Chaves de Amarante, líder da maioria que atendendo também ao apelo de mais de 20 entidades de classe, interferiu junto ao Sr. Governador do Estado para que o "quantum" fosse elevado. O fato de S. Exa. ter solicitado o adiamento do pedido de urgência por mim formulado a esta Casa não quer dizer que a matéria tenha sofrido prejuízo. Antes pelo contrário, os servidores lucraram muito com isso, porque tivemos oportunidade, inclusive, de convencer S. Exa., o Sr. Governador do Estado, para que encaminhasse a esta Casa mensagem aditiva elevando o "quantum" do aumento.

Pediria a V. Exa., Sra. Presidente, que fizesse constar no meu discurso 4 pequenos recortes de jornais para elucidar o meu ponto de vista, chegando à conclusão que muito contribuiu a ação decisiva da União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, conforme se verifica dos recortes de jornais.

A SRA. PRESIDENTE — Defiro o pedido de V. Exa.

O SR. PINHEIRO JÚNIOR — Obrigado a V. Exa. São os seguintes:

Em memorial ao governador, servidores solicitam novas bases para o aumento O deputado Pinheiro Júnior, presidente da União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, esteve ontem nos Campos Elísios, a fim de entregar ao governador Carvalho Pinto um memorial em que a entidade solicita sejam elevadas as bases do aumento proposto pelo Executivo ao funcionalismo civil e militar do Estado, cujo projeto se encontra em tramitação pela Assembleia Legislativa.

O documento entregue ao governador assinala que a elevação de 30% sobre os vencimentos e salários não atende às necessidades da classe e que "o servidor público, se não for socorrido neste momento desesperador, terá forçosamente que perecer à mingua, fustigado por dívidas, sem possibilidade de amparar a família".

Mais adiante, diz o memorial: "A situação calamitosa que atravessamos exige providências energéticas, objetivas, das autoridades competentes, providências que possam, de fato, resolver as dificuldades econômicas em que se encontra essa nobre e útil classe, que tanto coopera com V. Exa., na execução de seu programa de trabalho. Acresce outrossim, sr. governador, que os reajustamentos salariais dos empregados nas entidades privadas têm sido em bases muito mais elevadas, alcançando índices de 40, 50 e até 60 por cento."

(Diário Popular, 19-12-61)

AUMENTO NA BASE DE 30 POR CENTO NÃO SATISFARÁ AO FUNCIONALISMO

Novo memorial da União dos Servidores entregue ontem ao governador — Tesouro do Estado já está pagando, com antecipação, aos servidores — Reestruturação dos enfermeiros.

O presidente da União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, deputado Pinheiro Júnior, esteve ontem nos Campos Elísios, tendo a oportunidade feito entrega ao governador Carvalho Pinto de um memorial em que a entidade solicita seja elevado as bases do aumento proposto pelo Executivo ao funcionalismo civil e militar do Estado, cujo projeto se encontra em tramitação pela Assembleia Legislativa.

Depois de assinalar que "a elevação de 30% sobre os vencimentos e salários dos servidores públicos não corresponde, de modo nenhum, aos justos anseios da laboriosa classe", o documento entregue ao governador acentua: "O servidor público, senhor Governador, se não for socorrido neste momento desesperador, terá forçosamente que perecer à mingua fustigado por dívidas, sem possibilidade de amparar a família, os filhos e todos aqueles que dependem de seu trabalho honesto para sobreviver".

cas, objetivas das autoridades competentes, providências que possam, de fato, resolver as dificuldades econômicas em que se encontra essa nobre e útil classe, que tanto coopera com V. Exa., na execução de seu programa de trabalho.

"Acresce, outrossim, sr. governador, que os reajustamentos salariais dos empregados nas entidades privadas têm sido em bases muito mais elevadas, alcançando índices de 40, 50 e até 60 por cento."

Finaliza o memorial salientando que "o Estado de São Paulo tem grande capacidade de recuperação econômica, não só quanto ao esforço de seus filhos, como à dedicação e lealdade de seus servidores, guiados pela capacidade administrativa de seus atuais dirigentes".

PAGAMENTO ANTECIPADO DOS SERVIDORES

As pagadorias da Secretaria da Fazenda iniciaram ontem, com antecipação, o pagamento dos servidores públicos estaduais, referentes ao mês de dezembro. Ontem receberam seus vencimentos os servidores que integram o 1.º e 2.º grupo. Os demais pagamentos obedecerão à seguinte tabela:

Dias	Grupos
19	3.º e 4.º
20	5.º
21	6.º
22	7.º e 8.º

23	9.º
26	10.º
27	11.º
28	12.º

A Caixa funcionará, ainda, no dia 29, para o pagamento dos retardatários permanecendo fechada entre 30 de dezembro e 7 de janeiro. No mês de janeiro de 1962, nos dias 8 e 9, a Caixa será reaberta para atender ao pagamento dos retardatários, substituições em geral e aulas extraordinárias.

REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE ENFERMEIRO

Informou-nos o deputado Oswaldo dos Santos Ferreira que, segundo informações que lhe foram prestadas pelo sr. Helio Bicudo, assessor-jurídico do governador Carvalho Pinto, já foi elaborado o projeto que dispõe sobre a reestruturação da carreira de enfermeiro, o qual dentro de poucos dias, deverá ser encaminhado à Assembleia Legislativa.

(Diário de S. Paulo, 19-12-61)

PLEITEIAM AUMENTO MAIOR OS SERVIDORES ESTADUAIS

A União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, por intermédio de seu presidente, deputado Pinheiro Júnior, enviou ao governador Carvalho Pinto extenso memorial, no qual faz sentir ao chefe do Executivo bandeirante a impossibilidade de o funcionalismo aceitar o aumento proposto na base de 30 por cento sobre os atuais vencimentos. Adiante, diz o deputado Pinheiro Júnior: "Acresce Sr. Governador — que os reajustamentos salariais dos empregados nas entidades privadas têm sido em bases muito mais elevadas, alcançando índices de 40, 50 e até 60 por cento. Assim vem acontecendo com os comerciantes em geral, industriários, jornalistas e bancários. O mesmo ocorre com a Prefeitura Municipal, com o Serviço Público Federal e com outros Estados da Federação, cujos aumentos têm sido nas bases de 40, 50 e até 60 por cento em alguns Estados, com capacidade econômica inferior à deste Estado".

Finalizando o memorial, a Associação dos Servidores Públicos solicita as providências ao governador no sentido de que seja enviada à Assembleia Legislativa mensagem aditiva ao Projeto de Lei n.º 1.123 elevando o aumento proposto em bases que realmente atendam às necessidades do funcionalismo.

(Folha de S. Paulo, 19-12-61)

BARNABES QUEREM MAIS

O sr. Pinheiro Júnior, presidente da União dos Servidores Públicos do Estado, esteve ontem nos Campos Elísios, fazendo entrega de novo memorial, reiterando que "a elevação de 30% sobre os vencimentos e salários do servidor público não corresponde, de modo algum, aos anseios da classe". Repetindo que os aumentos salariais de outras categorias de trabalhadores sempre foram em bases maiores, cita o que ocorre com os servidores municipais, que deverão receber 40%. Finalmente, salienta o memorial que a União dos Servidores Públicos do Estado e as entidades de classe congêneres, que a acompanham nesta luta, "se oferecem para trabalhar graciosamente com V. Exa., para combater a sonegação de impostos garantindo-lhes que essa cooperação surta ótimos efeitos em benefício da arrecadação do Estado". Solicita o memorial o envio de mensagem aditiva ao projeto que eleva os vencimentos do funcionalismo, "em bases condizias que realmente atendam às necessidades do funcionalismo".

(Última Hora, 19-12-61)

Nestes recortes de jornal, fica provada a interferência da União dos Servidores Públicos junto ao Governador do Estado para que fosse encaminhada a esta Casa a mensagem aditiva elevando o "quantum" do aumento dos funcionários públicos do Estado.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jethero de Faria Cardoso.

O SR. JETHERO DE FARIA CARDOSO — Sra. Presidente e Srs. deputados, o Sr. Governador acabou de encaminhar a esta Casa novo reajustamento, agora como abono, que estava em 10%, que não são 10%, os salários e vencimentos dos servidores do Estado.

S. Exa. encontra-se em situação de penúria política, pois todos os acordos salariais particulares foram na base de 45%. Ao anunciar, por outro lado, que gastaria 30 bilhões de cruzeiros, as Comissões afirmaram nesta tribuna, que 30 bilhões seriam suficientes para reajustar em 45% os vencimentos dos servidores do Estado.

Vejam V. Exas. que concedendo um abono de 10%, o Sr. Governador eleva as despesas de 23,4% para 27,2%. Portanto, em 3,8%, o que vem confirmar, com precisão absoluta, os nossos cálculos demonstrados desta tribuna. Os trinta bilhões são suficientes para reajustar em 45% os salários e vencimentos dos servidores. Creio que o Sr. Governador do Estado, antes que se conclua os debates da matéria nesta Casa, já que aliou os diques palacianos, reconhecendo a verdade que aqui expusmos, que os 30% não correspondiam ao mínimo "mínimo" das necessidades, face ao custo de vida — que deve reajustar, em 45%, a partir de 1.º de janeiro, e não sob a forma de abono, mas sim integrado nos vencimentos, já que o Sr. Governador removeu-se daquela posição de estática absoluta e deu sinais de movimentos que S. Exa. seja mais dinâmico, mais ágil e se coloque de acordo com a realidade social dos fatos.

Esperamos que neste interregno, até que se conclua a transmissão da matéria, o Sr. Governador complete esta obra já que subiu mais um andar, quando a maioria mesmo desta Casa estava desistente que isso acontecesse, verificando que o Sr. Governador sentiu a realidade das injunções e os grandes movimentos que a classe dos servidores tem promovido.

Chegará aos 45%, não custará nem mais um esforço, e S. Exa. ficará ainda nas despesas abaixo dos 30 bilhões que se dispunha a gastar.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Ciro Albuquerque.

O SR. CIRO ALBUQUERQUE — Sem revisão do orador. — Sra. Presidente e Srs. deputados, retorne ao assunto da minha questão de ordem sobre a conveniência e a oportunidade de se retirar da convocação extraordinária, a proposição que diz respeito a emenda parlamentarista, eis que tal assunto vem intranquilizando a opinião pública. Subreptício agora que os órgãos de imprensa assumem movimento sub-reptício nesta Casa visando implantar o regime parlamentarista em nosso Estado, mediante o subreptício indireto.

Ora Sra. Presidente e Srs. deputados, o Presidente desta Casa, nobre deputado Abreu Sodré, que tem sido visado em todos esses comentários, não pode mesmo responder por tais acusações. Não será S. Exa. que procurou, no exercício do seu mandato na Presidência do Poder Legislativo, zelar pela honrabilidade e pelo bom nome deste Poder, adotando atitudes sempre norteadas no bom sentido com o animado propósito de servir a São Paulo e a sua população. Não pode S. Exa., através desta proposição, que sabemos aliada aos seus interesses responder pela crítica acerba, não só da imprensa como da opinião pública. Procurando salvaguardar o nome de S. Exa., bem como o desta Casa e dos ilustres deputados que a compõem, é que enderecei à Mesa esta questão de ordem: não se tratando, a emenda constitucional, de assunto de urgência com prazos fatais, que seja retirada da convocação extraordinária, para que não se ajunze mal este Poder, para que não se façam falsas ideias dos parlamentares. Naturalmente, uma vez que a Mesa estude a solução à questão de ordem que lhe enderecemos, juntamente com o ilustre colega Cardoso Alves, continuaremos mantendo contato com os ilustres líderes de bancadas e com os colegas da Casa, visando uma solução feliz para a Assembleia Legislativa paulista e uma solução consentânea com a altivez, a independência e o patriotismo do ilustre Presidente Abreu Sodré.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Augusto do Amaral.

(O Sr. Augusto do Amaral pronuncia um discurso que por depender de revisão do orador, será publicado depois.)

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jorge Nicolau.

O SR. JORGE NICOLAU (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, a polêmica que se travou há algum tempo através da revista "O Cruzeiro", entre dois ex-ministros do Sr. Jânio Quadros, nos leva a conclusões que comprovam a procedência e a justiça das posições sustentadas pelos nacionalistas brasileiros. Quer quanto à ação dos trustes internacionais em nosso país, quer quanto ao caráter do que foi o governo Jânio Quadros, as posições se justificam e impõem, cada vez mais, vigilância energética e sem deslucidos. Em sua primeira entrevista, atribuiu a renúncia do ex-presidente à pressão sobre ele exercida pelo grupo econômico, sobretudo estrangeiros, o Sr. João Agripino denunciou o ex-ministro da Fazenda, Sr. Clemente Mariani, como homem